

DO PONTO DE VISTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO, O ESTADO BRASILEIRO É “INCHADO”?

Prof. Me. Augusto de Pinho Rodrigues

O presente artigo analisa a percepção de que o Estado brasileiro possui um funcionalismo público "inchado" e avalia se os gastos com pessoal são excessivos. A pesquisa se concentra na comparação das despesas com pessoal do Brasil em relação a outros países e dentro das próprias esferas de governo (federal, estadual e municipal) ao longo do tempo. Os resultados indicam que, ao contrário da percepção comum, o Brasil não possui um funcionalismo público excessivamente grande. Em comparação internacional, os níveis de emprego público no Brasil são inferiores aos de muitos países desenvolvidos. Conclui-se que o problema dos gastos públicos no Brasil está mais relacionado aos altos custos com juros da dívida pública do que aos gastos com pessoal. Políticas de austeridade que visam reduzir a despesa com pessoal podem prejudicar a prestação de serviços públicos essenciais à população.

Palavras-chave: funcionalismo público, gastos com pessoal, Estado brasileiro, comparação internacional, políticas de austeridade.

This article analyzes the perception that the Brazilian government has a "bloated" civil service and assesses whether personnel expenses are excessive. The research focuses on comparing personnel expenses in Brazil in relation to other countries and within the spheres of government (federal, state and municipal) over time. The results indicate that, contrary to common perception, Brazil does not have an excessively large civil service. In international comparison, public employment levels in Brazil are lower than in many developed countries. It is concluded that the problem of public spending in Brazil is more related to the high interest costs of the public debt than to personnel expenses. Austerity policies that aim to reduce personnel expenses may harm the provision of essential public services to the population.

Keywords: civil service, personnel expenses, Brazilian government, international comparison, austerity policies.

¹ Professor do Centro Universitário Amparense.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui desenvolvida foi norteada pela ideia de verificar se existem indícios de que o discurso pertinente ao excesso de gastos públicos com pessoal se verifica na realidade, através da análise de dados pertinentes ao assunto.

O objetivo dessa pesquisa é verificar se é possível classificar com altos os gastos com pessoal realizados pelo Estado brasileiro em suas esferas Federais, Estaduais e Municipais. Incluindo a análise comparativa com outros países do mundo. O campo de pesquisa aqui desenvolvido se encaixa no objeto de estudo da Macroeconomia e da Economia do Setor Público.

A problemática da pesquisa discute se há real necessidade de redução dos gastos públicos com pessoal sob a ótica de informações consolidadas disponíveis para consulta e análise.

Considera-se a hipótese que o discurso de que o Estado é “inchado” no que diz respeito aos gastos com pessoal é apenas retórico e não se sustenta na realidade material. Será análise diagnóstica de dados para verificar a hipótese.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proposta deste estudo é analisar o comportamento das despesas com funcionalismo público comparada com os gastos com os serviços da dívida pública, com a intenção de verificar se as medidas políticas de austeridade recaem sobre o funcionalismo público, que efetivamente presta serviços à população, ou sobre o rentismo.

Para isso analisar-se-á o período de 1985 a 2022 considerando o comportamento das despesas correntes em suas classificações em despesas com pessoal e juros e encargos da dívida, bem como o histórico de déficit e superávit primário.

Com isso em mente foram analisados dados do Atlas do Estado Brasileiro do IPEA, da República dos Dados, do IBGE, The Global Economy, Ministério da Fazenda, BACEN e bibliografias pertinentes ao tema.

3. METODOLOGIA

A metodologia científica é uma ferramenta indispensável para a produção de conhecimento confiável e relevante. Ao adotar uma abordagem que englobe pesquisa exploratória, análise

exploratória e análise diagnóstica de dados, os pesquisadores podem conduzir estudos de forma sistemática e rigorosa, contribuindo para o avanço do conhecimento em suas respectivas áreas de atuação. Neste trabalho utilizaremos essas 3 metodologias de maneira combinada.

A pesquisa exploratória constitui a primeira etapa do processo metodológico, caracterizando-se pela busca por familiaridade com o tema investigado e pela geração de insights iniciais. Nessa fase, serão empregados métodos como revisão bibliográfica.

Com os fundamentos estabelecidos pela pesquisa exploratória, avança-se para a análise exploratória, onde se busca compreender mais profundamente os fenômenos em estudo. Aqui, técnicas estatísticas descritivas são empregadas para explorar os dados coletados, identificar padrões, tendências e relações preliminares entre as variáveis investigadas.

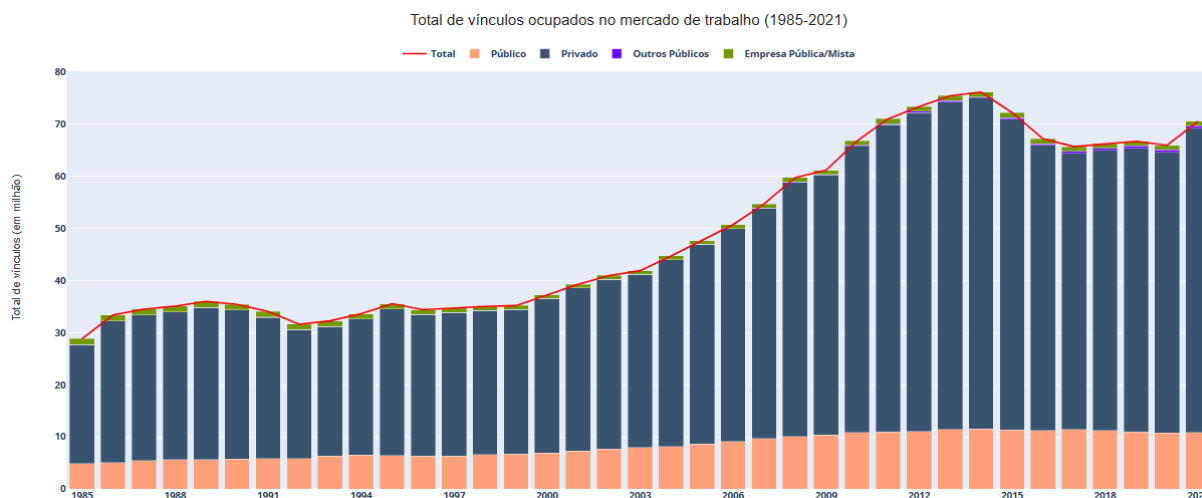
A última etapa metodológica, a análise diagnóstica de dados, consiste na avaliação detalhada das relações identificadas durante a análise exploratória. O objetivo é fornecer uma interpretação robusta e fundamentada dos resultados, possibilitando a elaboração de conclusões sólidas e a proposição de contribuições significativas para o campo de estudo.

4. RESULTADOS

No período de 2010 a 2022 a população cresceu 6,5% no Brasil (IBGE, 2023), já o número de funcionários públicos, de todas as esferas de governo, considerando as funções executivas, legislativas e judiciárias manteve-se praticamente constante. Em 2010 havia um total de 9.612.753 chegando a 9.762.039 em 2021, ou seja, um aumento de 1,5% (República dos dados, 2024). Estamos falando de redução relativa do número de servidores públicos em relação a população total. O que pode ser um indicativo da redução na disponibilidade de serviços públicos à população. Isso representa 0,05 funcionários públicos por habitante considerando os dados de 2010, em 2022 essa relação passa a ser 0,048. Considerando esse período de 10 anos, há uma tendência de redução na relação entre empregos públicos e população.

Após essa introdução ao cenário vamos analisar a participação relativa do emprego público no emprego total. No período de 1985 a 2000 os vínculos ocupados totais cresceram 29%, sendo que os públicos cresceram 43% e os privados 30%, já de 2001 a 2021 o aumento total foi de 80%, sendo que os públicos aumentaram 50% e os privados 86% (não foram consideradas as ocupações em empresas públicas e de economia mista que reduziram em 24% em todo o

período). Pela leitura dos dados conclui-se que nos últimos 20 anos o crescimento do número de cargos públicos foi consideravelmente inferior à criação de ocupações privadas.



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA

Se compararmos os dados do Atlas do Brasileiro Estado Brasileiro e da República dos dados do período de 2010 a 2022, apesar de uma pequena diferença nos números absolutos, ambos revelam uma estagnação na criação de empregos públicos e uma queda relativa da participação das ocupações públicas em relação ao total. Também, em ambos os casos, o percentual de crescimento é bem inferior ao crescimento da população. De acordo com os dados do IPEA, 2024, de 2010 a 2021 é possível calcular que o total de ocupações aumentou 5,66%, as públicas reduziram em 0,1% e as privadas aumentaram 6,25%.

Podemos fazer um exercício de reflexão imaginando se esse número de servidores públicos é suficiente para atender às necessidades da população. Se a saúde e a educação é direito de acordo com a constituição e nem todo aquele que precisa de atendimento médico o tem, ou todas as crianças em idade escolar tem uma vaga na escola, é possível concluir, desse esse ponto de vista, que, tal vez, exista uma necessidade de aumentar a disponibilidade de serviços públicos e para isso é necessário mais pessoal. Para jogar luz sobre essa questão, vamos comparar a relação entre empregos públicos e privados no Brasil e em outros países.

Proporcionalmente o Brasil apresenta níveis de ocupações públicas similares às do México, Chile e EUA e apresenta, aproximadamente, o dobro das taxas de Ethiopia e Rwanda. Contudo, apresenta taxas consideravelmente menores que a da França, Argentina e Suécia.

Proporção entre empregos públicos e privados e quantidade de ocupações públicas - 2021

País	Fonte de pesquisa	Proporção	Quantidade de vínculos (por mil)
França	LFS - Enquête Emploi	20,28%	5.624
Argentina	LFS - Encuesta Permanente de Hogares (Urbano)	19,30%	2.363
Switzerland	LFS - Enquête sur la Population Active	15,97%	748
Türkiye	LFS - Household Labour Force Survey	15,78%	4.545
Dominican Republic	LFS - Encuesta Nacional Continua de Fuerza de Trabajo	14,04%	640
United States	LFS - Current Population Survey	13,56%	20.693
Chile	LFS - Encuesta Nacional de Empleo	13,11%	1.090
Brazil	HS - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua	12,45%	11.352

Mexico		LFS - Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo	12,24%	6.750
United Arab Emirates		LFS - Labour Force Survey	10,20%	731
Morocco		LFS - Enquête Nationale sur l'Emploi	8,70%	937
Afghanistan		LFS - Labour Force Survey	8,35%	643
Pakistan		LFS - Labour Force Survey	7,30%	4.500
Ethiopia		LFS - National Labor Force Survey	6,56%	2.429
Rwanda		LFS - Enquête sur la Population Active	5,92%	233

Fonte: República dos dados, 2024. Adaptada pelo autor.

Pela análise dos dados é possível concluir que o Brasil não apresenta um percentual da força de trabalho ocupada no setor público muito grande, pelo contrário, em uma comparação internacional, ainda mais, se relacionarmos países com países de semelhante Produto Interno Bruto, Índice de desenvolvimento humano, localização geográfica, ou até, características de subdesenvolvimento.

Outra informação relevante a ser considerada é o índice de serviços públicos presente no Guia Global de Economia, disponibilizado pelo site “The Global Economy”, que visa mensurar a disponibilidade de serviços públicos à população. O indicador varia de 0 a 10, e quanto mais próximo de zero maior/melhor é a disponibilidade/qualidade dos serviços públicos. Tendo por base o ano de 2023, a média entre 177 países foi de 5,43 pontos, o maior valor foi revelado pelo Afeganistão, 10 pontos, e o menor pela Islândia, 0,9 pontos. O Brasil apresentou a 4º pior avaliação da America Latina, 7,2 pontos, empatado com o Peru e o pior resultado dos países

membros entre os países do Mercosul. Dentre os países do G20, o segundo pior, perdendo apenas para a Índia.

Índice de Serviços Públicos dos países do G20 - 2023

Countries	Public services index	Global rank
<u>India</u>	7.3	1
<u>Brazil</u>	7.2	2
<u>South Africa</u>	7.1	3
<u>Mexico</u>	6.3	4
<u>Indonesia</u>	5.9	5
<u>Turkey</u>	4.8	6
<u>China</u>	4.7	7
<u>Argentina</u>	4.2	8
<u>Italy</u>	3.9	9
<u>Saudi Arabia</u>	3.8	10
<u>Russia</u>	3.7	11
<u>UK</u>	2.6	12
<u>South Korea</u>	2.4	13
<u>Australia</u>	2.2	14
<u>USA</u>	2.2	15

<u>Japan</u>	1.8	16
<u>Canada</u>	1.7	17
<u>Germany</u>	1.5	18
<u>France</u>	1.2	19

Fonte: The Global
service index, 2024

Economy, public

Os dados revelam uma precária disponibilidade de serviços públicos à população em diversos níveis de comparação internacional.

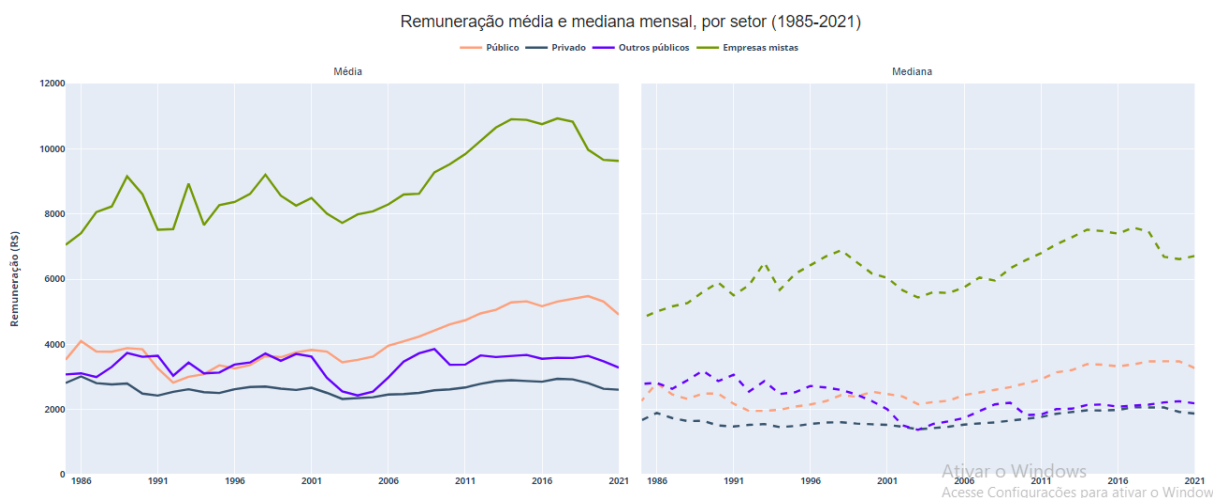
Apenas na esfera Federal há um déficit de 244 mil vagas, ou seja, cargos criados por Lei na estrutura administrativa, contudo não preenchidos. O maior déficit individual é o da Saúde, mais de 35 mil vagas, no Ministério da Educação o déficit é de 30 mil vagas em Institutos, Fundações e Universidades são 21 mil vagas não preenchidas (Faermann, 2024). Não foram encontrados dados consolidados de déficit de vagas para as esferas Estaduais e Municipais.

Considerando o exposto até o momento, conclui-se que o Brasil não tem um funcionalismo público “inchado”, como se afirma, de uma perspectiva ideológica, nos meios de comunicação “manistream” que pregam o Estado mínimo.

É relevante, também, pensar a despesa pública do ponto de vista do gasto com pessoal para averiguar se de fato há um tal “inchaço” da máquina pública. Ainda mais porque a maioria das políticas de austeridade, na prática, afetam em especial os gastos com pessoal. Se considerarmos o período de 1995 em diante, com as reformas administrativas, lembrando que o superávit primário fazia parte do tripé macroeconômico, depois com Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe severos limites aos gastos com pessoal, e mais atualmente com o teto de gastos, apenas para mencionar alguns exemplos.

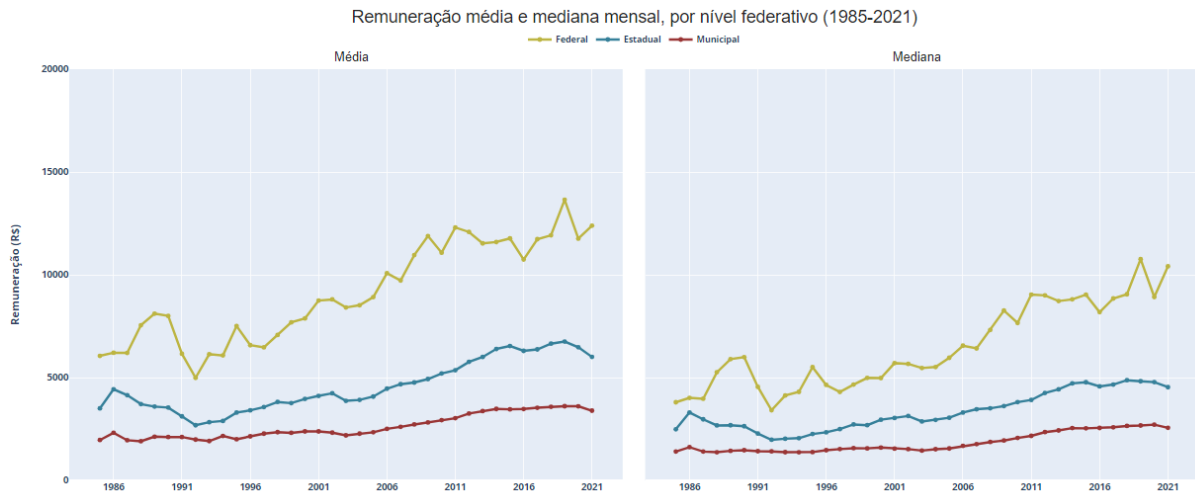
Se as políticas macroeconômicas e retórica popular vão no sentido criar uma imagem de funcionário público “marajá” ou algo do tipo, vamos analisar os dados para ver se esse quadro tem algum traço de realidade.

Em relação a média salarial, em 2021 um trabalhador do setor privado ganhava em média R\$ 2.600 enquanto o do setor público R\$ 4.900, se considerarmos a mediana os valores caem para R\$ 1.876 no privado e R\$ 3.273 no público. Realmente os valores médios são consideravelmente maiores no público, contudo devemos questionar o fato de os salários no Brasil serem baixos devido a sua formação econômica, como descrito por diversos clássicos, como por exemplo a Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado (Atlas do Estado Brasileiro, 2024). A título de exemplo o DIEESE, 2024 calcula que o salário mínimo necessário para viver com dignidade é de R\$ 5.800 considerando os valores de 2024.



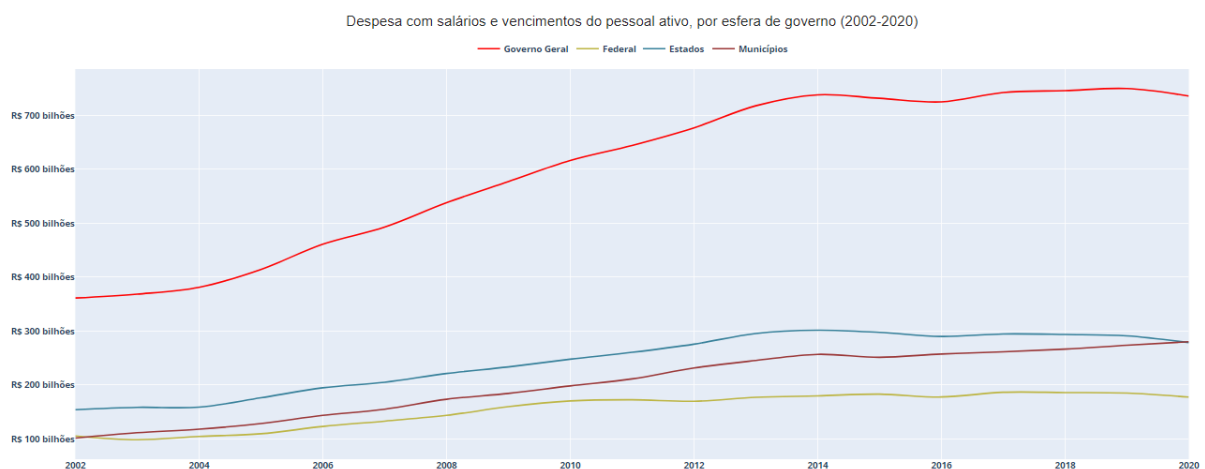
Fonte: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA

Se fizermos um recorte por nível federativo podemos observar que os maiores salários estão na esfera federal. Para o ano de 2021 a remuneração média de um servidor federal era de R\$ 12.360, R\$ 6.005 para um estadual e R\$ 3.388 para um municipal (Atlas do Estado Brasileiro, 2024).



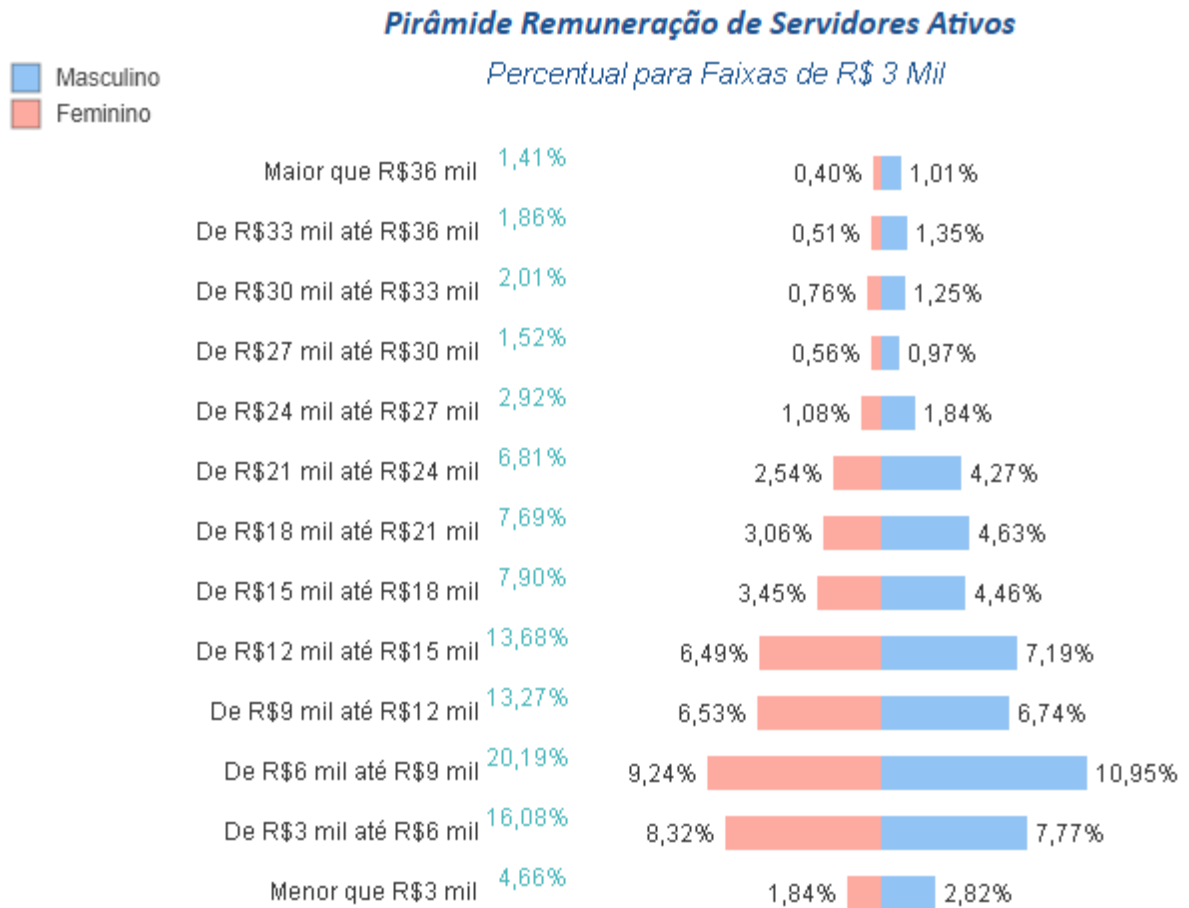
Fonte: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA

Os gastos totais com salários e vencimentos do governo em geral chegaram a R\$ 736 bilhões em 2020 que representa 9,9% do PIB (Atlas do Estado Brasileiro, 2024). A título de comparação, foi gasto um montante de 602 bilhões de reais com juros e encargos da dívida pública em 2021 (Tesouro Nacional, 2023), se tratando apenas do Governo Federal, valor que não retorna a população na forma de serviços públicos servindo apenas ao rentismo, sendo um capital totalmente improdutivo. em 2022 essa valor chegou a 811 bilhões de reais, principalmente por conta do aumento da taxa básica de juros (SELIC). Vale mencionar que esse valor pode estar subestimado considerando a metodologia e estimativa da Auditoria Cidadã da Dívida, 2023, que afirma que o valor gasto com juros e encargos da dívida pode ter chegado a R\$ 1,879 trilhões em 2022.



Fonte: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA

Mas e os tais supersalários do setor público eles existem? Sim existem, nas esferas municipais e estaduais não foram encontradas estatísticas consolidadas e buscá-las exigiria um trabalho específico de buscas em portais da transparência de cada Estado e Município. Contudo, na esfera Federal, se considerarmos os salários acima 36 mil reais, eles corresponderiam a 1,41% dos totais de salários pagos, sendo que 1% são para homens.



Fonte: Painel Estatístico de Pessoal. Ministério da Economia, Governo Federal, 2024.

Então os tais super salários são pouco representativos em relação ao todo, o que exigiria políticas específicas de cortes. Observando o valor total gasto com pessoal por órgão de governo é possível ter uma ideia da onde estão localizados alguns supersalários. Destacam-se órgãos ligados às forças armadas como aqueles que mais gastam com pessoal, vale mencionar que esses não retornam serviços à sociedade, salvo exceções cada vez mais raras, ou exercem políticas de defesa minimamente coerentes com os padrões internacionais observados em sociedades com alguma soberania. Exército, marinha e aeronáutica gastaram juntos R\$ 94,63 bilhões em 2023, enquanto o Ministério da Saúde apenas R\$ 13,85.

DESPESA COM PESSOAL POR ÓRGÃO DO GOVERNO FEDERAL EM 2023 - EM BILHÕES

10 maiores gastos

Órgão	Valor em milhões de R\$
Comando do Exército	47.210
Ministério da Gestão e Inovação do Serviço Público	29.877
Justiça Federal	29.110
Comando da Marinha	25.509
Comando da Aeronáutica	21.913
Justiça do Trabalho	21.514
Ministério da Saúde	13.850
Instituto Nacional do Seguro Social	9.875
Polícia Federal	7.287
Ministério Público da União	7.102

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal. Ministério da Economia, Governo Federal, 2024. Adaptada pelo autor.

Mas em relação a outros países o Brasil gasta muito? De acordo com “The Global Economy”, considerando os dados de 2022, a média de 143 países é 16,25% do PIB, o maior gasto é o da Ucrânia, 38,24% e o menor é o do Chad 3,95%. O Brasil gasta um pouco mais que a média mundial, 18,03% do PIB, mas é o 11º maior gasto se compararmos com os países do G20 e gasta menos que todos os países do G7 com exceção dos EUAs. Considerando um recorte de países considerados “ricos” o Brasil não gasta tanto, ainda mais se pensarmos o gasto público como estímulo ao desenvolvimento produtivo e a demanda.

Gasto Público em relação ao PIB G7 mais Brasil - 2022

Countries	Government spending, percent of GDP
France	24,01
Germany	21,95
Japan	21,6
UK	21
Canada	20,69
Italy	19,21
USA	14,03
Brazil	18,03

Fonte: The Global Economy, Government spending, percent of GDP, 2024

Um argumento comumente utilizado para se estimular a diminuição do gasto público é a possibilidade de aumento da dívida pública, sobre o assunto se faz relevante a comparação com outros países. Em um universo de 165 países a média de endividamento em relação ao PIB é 60,91% é o maior endividamento pertence ao Japão com 236,58% (dados de 2022). O Brasil apresenta um nível de endividamento de 71,68%, percentual menor que todos os países do G7,

com exceção da Alemanha, o 10º menor valor entre os países do G20, sendo metade do percentual da Itália.

Gasto Público em relação ao PIB G7 mais Brasil - 2022

Countries	Government debt as percent of GDP
Japan	236,58
Italy	140,5
USA	116,86
France	111,9
Canada	107,37
UK	99,42
Germany	66,1
Brazil	71,68

Fonte: The Global Economy, Government debt as percent of GDP, 2024

5. DISCUSSÃO

A hipótese de que o Estado brasileiro não é “inchado” do ponto de vista do gasto com pessoal se confirma, é bastante ilustrativo pensar que considerando todo o gasto com pessoal, em todas as esferas de governo, corresponde a 91% de tudo que se gasta com juros e encargos da dívida apenas na esfera federal. O problema, certamente, não é a despesa com pessoal.

Considerando todos os dados analisados é possível inferir que a além da disponibilidade de serviços públicos estar muito longe do ideal, no que diz respeito ao atendimento de sua população, em uma comparação com outros países, também, apresenta baixo índice de serviços

públicos e uma baixa proporção e baixa proporção entre empregos públicos e privados, ainda mais se compararmos com países desenvolvidos.

Em uma análise do mercado interno, a quantidade de ocupações públicas cresce menos que a população em medida considerável e tende a redução da relação ocupações públicas e população ao longo do tempo. No que diz respeito a média e a mediana dos salários dos servidores públicos, apesar de estarem acima do pago pelo setor privado, estão consideravelmente abaixo do que o seria o ideal para ter uma vida digna (dados do DIEESE), contudo existem supersalários de uma “casta” do funcionalismo público que corresponde a cerca 1,5% do total (se considerarmos os salários acima de R\$ 36 mil altos salários).

Os dados de gastos públicos e endividamento em relação ao PIB reforçam a hipótese de que o gasto com pessoal não é o problema, visto que o Brasil não apresenta altos níveis de endividamento ou gasta “de mais” em uma comparação internacional.

Vale destacar que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites para despesa com pessoal em todas esferas de governo, o que é objeto de verificação dos órgão de controle externo

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que apesar do esforço retórico em prol da austeridade fiscal, Estado mínimo, redução da máquina pública e demais engodos que tem por objetivo justificar baixo crescimento econômico, e até, subdesenvolvimento, a ideia de há excesso de gasto público não encontra lastro na realidade material, pelo contrário, se houvesse mais gasto público, provavelmente o Brasil cresceria mais economicamente e, quem sabe, distribuiria um pouco melhor a renda.

O funcionalismo público, primeiro a ser atacado com a redução da despesa pública, não é o problema, mais sim, os gastos com serviços da dívida. Ademais, não é possível estabelecer uma correlação entre níveis de gastos e endividamento público com baixo crescimento econômico ou subdesenvolvimento, inclusive países considerados desenvolvidos apresentam altos níveis de gastos e endividamento em boa medida.

É possível afirmar que com a análise dos dados que se propõe esse artigo, não foram observados indícios de gastos com pessoal excessivo. Os casos de desvio ou irregularidades existem, mas devem ser tratados individualmente e o reforço aos controles internos ajuda a mitigá-los,

contudo é possível imaginar que existe um déficit de auditores e controladores internos no setor públicos, sendo relevante pensar em aumentar a vagas preenchidas com essa função, em especial, nas forças armadas e no judiciário, que de acordo com a análise dos dados federais, apresentam os maiores gastos com pessoal em números absolutos e relativos.

Esse estudo pode contribuir para a argumentação pertinente a políticas públicas de austeridade que tem por consequência, na maioria das vezes, a exemplo do “teto de gastos”, a redução do gasto com pessoal, que tem por resultado o prejuízo à população que acaba por ter a disponibilidade de serviços públicos reduzida e, até mesmo, a redução do produto/renda, visto que o gasto público compõe o cálculo do produto pela ótica do dispêndio. Além disso, uma redução nos servidores públicos pode causar uma piora na distribuição de renda, visto que apresenta uma média salarial superior a do setor privado e na medida que os salários privados são menores, a receita de rendas e lucros é maior para que se mantenha a igualdade da identidade macroeconômica.

Como futuras pesquisas derivadas da pesquisa aqui realizada podemos imaginar a exploração do tema da correlação entre o aumento da despesa com pessoal e o crescimento econômico e/ou expansão da receita pública, auditoria da dívida pública, explorar a composição dos detentores de títulos relacionados a dívida pública e os grupos de interesses que se beneficiam das altas taxas de juros (a quem interessa o discurso de diminuição do gasto público) ou a correlação do lucro do setor bancário e as altas taxas de juros. Temas relativos a nível de salários no setor público, também, podem ser mais explorados.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas do Estado Brasileiro. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Painel Estatístico de Pessoal (PEP). Brasília: MPDG, 2024. Disponível em: [painelpep.qvw \(planejamento.gov.br\)](https://painelpep.qvw.planejamento.gov.br). Acesso em: 26 jun. 2024.

Elaborado por Republica.org (Rais 2003-2021). República em dados, 2024. Disponível em: <https://dados.republica.org/dados>. Acesso em 29/04/2024.

Faermann, Patricia. Oburaco do funcionalismo: GGN mapeia déficit de mais de 240 mil servidores públicos no Brasil. GGN O Jornal de Todos os Brasis, 02/07/2024.

Gastos com a dívida consumiram 46,3% do orçamento federal em 2022. Auditoria Cidadã da Dívida, 23 de fevereiro de 2023.

De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões. Agência IBGE notícias, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>>. Acesso em 29/04/2024.

Despesas por função do Governo Central 2022. Tesouro Nacional, Secretaria de Orçamento e Planejamento. Disponível em: [Estatísticas Fiscais do Governo Geral — Tesouro Nacional \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 05 jul 2024.

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos - DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2021>. Acesso em 05 jul 2024.

BABBIE, Earl. *The Practice of Social Research*. 14. ed. Cengage Learning, 2016.

HAIR Jr., Joseph F. et al. *Multivariate Data Analysis*. 8. ed. Cengage Learning, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 8. ed. Atlas Editora, 2010.

LOPEZ, Felix; GUEDES, Erivelton (2020) : Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986-2017), Texto para Discussão, No. 2579, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2579>

Public Service Index - Country Rankings. The Global Economy, 2024. Disponível em: https://www.theglobaleconomy.com/rankings/public_services_index/. Acesso em 28/06/2024.

Painel Estatístico de Pessoal. Ministério da Economia, Governo Federal. Disponível em: [painelpep.qvw \(planejamento.gov.br\)](http://painelpep.qvw.planejamento.gov.br). Acesso em: 05 jul 2024.